A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

SUSAN SIARA LOPES COSTA

RESUMO

O brincar constitui uma atividade fundamental na infância e desempenha importante papel no desenvolvimento integral da criança, especialmente no contexto da Educação Infantil. Por meio das brincadeiras, dos jogos e das experiências lúdicas, a criança amplia suas possibilidades de interação, expressão, imaginação e criatividade, desenvolvendo aspectos cognitivos, afetivos, sociais e motores. Este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância do brincar no processo de desenvolvimento e aprendizagem infantil, considerando sua dimensão histórica, social, cultural e pedagógica, bem como o papel do professor na organização e mediação das experiências lúdicas. Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico, fundamentado em autores que discutem a infância, o brincar e a Educação Infantil, entre eles Vygotsky, Piaget, Kishimoto, Oliveira e Lima, além de documentos educacionais voltados à primeira infância. A discussão evidencia que o brincar não deve ser compreendido apenas como forma de recreação ou entretenimento, mas como uma prática cultural e educativa que possibilita à criança construir conhecimentos, estabelecer relações, desenvolver autonomia e compreender o mundo no qual está inserida. Conclui-se que a valorização do brincar no cotidiano da Educação Infantil é essencial para uma prática pedagógica que respeite as especificidades da infância e favoreça o desenvolvimento integral da criança.

PALAVRAS-CHAVE: Brincar; Educação Infantil; Ludicidade; Desenvolvimento infantil; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O brincar constitui uma das principais formas de expressão da infância e ocupa papel fundamental no desenvolvimento e na aprendizagem da criança. A experiência do brincar atravessa diferentes tempos e contextos históricos e sociais, sendo marcada tanto pela permanência de práticas culturais quanto pelas transformações que acompanham as diferentes concepções de infância. Inserida em determinado contexto social e cultural, a criança estabelece relações com outras crianças e com os adultos, apropriando-se das experiências que a cercam e, ao mesmo tempo, recriando-as por meio da imaginação, da criatividade e da produção de novas formas de brincar.

Na Educação Infantil, as brincadeiras, os brinquedos e os jogos assumem especial relevância, uma vez que possibilitam à criança explorar o mundo, construir conhecimentos, desenvolver a linguagem, estabelecer relações sociais e expressar sentimentos, desejos e experiências. Nessa perspectiva, brincar não deve ser compreendido apenas como recreação ou atividade destinada ao preenchimento do tempo, mas como uma experiência que participa do desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e motor da criança.

Embora exista significativa produção teórica acerca da importância da brincadeira nos processos de desenvolvimento e aprendizagem infantil, ainda se observam concepções e práticas pedagógicas que atribuem ao brincar uma posição secundária diante de atividades consideradas propriamente educativas. Essa compreensão pode reduzir as experiências lúdicas a instrumentos para transmissão de conteúdo ou a atividades excessivamente dirigidas pelo adulto, limitando as possibilidades de criação, exploração, interação e autonomia da criança.

Diante desse contexto, torna-se relevante discutir o lugar ocupado pelo brincar na Educação Infantil e compreender de que maneira as experiências lúdicas contribuem para o desenvolvimento integral da criança. A reflexão sobre essa temática também envolve reconhecer a criança como sujeito social e histórico, capaz de produzir cultura e construir significados por meio das relações estabelecidas com seus pares, com os adultos e com o ambiente no qual está inserida.

Assim, este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância do brincar no desenvol-

vimento e na aprendizagem das crianças na Educação Infantil, considerando suas dimensões histórica, social, cultural e pedagógica. Busca-se, ainda, compreender as contribuições das brincadeiras e dos jogos para o desenvolvimento infantil e analisar a importância da atuação do professor na organização e mediação de experiências lúdicas que respeitem as especificidades da infância.

Para o desenvolvimento do estudo, adotou-se a pesquisa bibliográfica, fundamentada em obras de autores que discutem a infância, o brincar, o desenvolvimento e a Educação Infantil, entre os quais Vygotsky, Piaget, Kishimoto, Oliveira, Lima, Kramer e Wajskop, além de documentos educacionais destinados à Educação Infantil. A partir desse referencial, procura-se compreender o brincar não apenas como atividade recreativa, mas como prática cultural, educativa e social indispensável à formação integral da criança.

O desenvolvimento do artigo está organizado a partir da abordagem histórica do brincar e de sua inserção na Educação Infantil, seguida da discussão de suas contribuições para os processos de desenvolvimento e aprendizagem.

Posteriormente, aborda-se o brincar como prática cultural e social e, por fim, discute-se o papel do professor na valorização, organização e mediação das experiências lúdicas no cotidiano da Educação Infantil.

O BRINCAR E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO E NA APRENDIZAGEM INFANTIL

As reformas educacionais que têm acontecido em nosso país, nos últimos anos visam adequar o sistema educacional às evoluções tecnológicas da globalização, e um dos aspectos a ser repensado é o papel dos brinquedos e das brincadeiras na contemporaneidade. A experiência do brincar cruza diferentes tempos e lugares, passado, presente e futuro, sendo marcada ao mesmo tempo pela continuidade e mudança. A criança, pelo fato de se situar em um contexto histórico e social, ou seja, em um ambiente estruturado na Educação Infantil, a partir de valores, significados, atividades e brinquedos e artefatos construídos e partilhados pelas crianças que ali convivem. Incorporando experiências social e cultural do brincar das diferentes infâncias por meio das relações que estabelece com seus pares adultos educadores da pequena infância. Mas essa experiência não é simplesmente reproduzida, e sim recriada a partir do que a criança traz de novo com seu poder de imaginar, criar, reinventar e produzir cultura lúdica.

De acordo com Vygotsky (1998), um dos principais representantes dessa visão, o brincar é uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação, de expressão e de ação pelas crianças, assim como novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos, crianças e adultos.

Nesse aspecto, a significativa produção teórica já acumulada, que afirma a importância da brincadeira na construção dos processos de desenvolvimento e de aprendizagem, ainda não foi capaz de modificar completamente as ideias e práticas que reduzem o brincar, o brinquedo e as atividades lúdicas a uma posição de menor importância no cotidiano da Educação Infantil e no processo de formação da criança pequena. De acordo com Benjamin (1994, p. 14):

[...]ao invés da representação e do eventual sentimento metafórico, o brinquedo fala para a criança a linguagem simples da pura naturalidade, do puro prazer dos sentidos. Muito mais próximo da criança que o pedagogo bem intencionado lhe são artista, o colecionador, o mago.

Por outro lado, podemos identificar hoje um curso generalizado em torno da "importância do brincar", enfatizando não apenas na mídia e na publicidade produzidas para a infância, como também nos programas, propostas e práticas educativas institucionais, ignorando a importância lúdica do ato de brincar.

Além de sua importância para o desenvolvimento e a aprendizagem, o brincar constitui um direito assegurado à criança pelo orde-

namento jurídico brasileiro. O Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tratar do direito à liberdade, estabelece expressamente o direito de "brincar, praticar esportes e divertir-se" (BRASIL, 1990, art. 16, IV). Dessa forma, garantir oportunidades para o brincar significa não apenas reconhecer sua dimensão educativa, social e cultural, mas também assegurar a efetivação de um direito fundamental da infância.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 27):

A brincadeira é uma linguagem infantil que mantém vínculo essencial com aquilo que é o "não brincar". A brincadeira é uma ação que ocorre no plano da imaginação, isto implica que aquele que brinca tenha o domínio da linguagem simbólica. Isto quer dizer que é preciso haver consciência da diferença existente entre a brincadeira e a realidade imediata que lhe forneceu conteúdo para realizar-se. Neste sentido, para brincar é preciso apropriar-se de elementos da realidade imediata de tal forma a atribuir-lhes novos significados. Essa peculiaridade da brincadeira ocorre por meio da articulação entre a imaginação e a imitação da realidade.

Quanto às contribuições do brinquedo e da brincadeira para o desenvolvimento infantil, Lima (2009) destaca que a brincadeira envolve diferentes elementos e aciona áreas específicas do cérebro. Nesse sentido, a realização de diferentes experiências lúdicas assume significativa importância para o desenvolvimento da criança. Assim, brincar é uma importante forma de comunicação, é por meio deste ato que a criança pode reproduzir o seu cotidiano.

O ato de brincar possibilita o processo de aprendizagem da criança, pois facilita a construção da reflexão, da autonomia e da criatividade, estabelecendo, desta forma, uma relação estreita entre jogo e aprendizagem.

A criação dos parques infantis na década de quarenta destinados ao atendimento de crianças pobres, geralmente filhos de operários, promove discussões e a implementação da recreação como aliado no cuidado e educação dessa criança de (0 a 3 anos na creche e 4 a 6 anos na pré-escola). Escolovistas Brasileiros como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira fizeram coro para a expansão da ideia. A recreação tinha como função para os escolanovistas brasileiros, possibilitar o desenvolvimento do corpo e, concomitantemente, o desenvolvimento de habilidades cognitivas, morais e sociais.

De acordo com Kishimoto (1993), atividades como "barra-manteiga" e rodas cantadas, a exemplo de "lenço atrás", contribuíam para o desenvolvimento integral das crianças. Embora as brincadeiras e os jogos fossem acompanhados pelo professor, as crianças tinham liberdade para escolher e desenvolver suas atividades lúdicas.

Wajskop (1995) destaca a contribuição de Froebel e dos escolanovistas para a superação da escola tradicional e para a construção de uma nova concepção de criança, que passa a ser respeitada e compreendida em suas especificidades. A autora ressalta, entretanto, que essas concepções sofreram transformações, especialmente a partir da década de 1970, quando ganhou espaço a perspectiva da educação compensatória, direcionada sobretudo às crianças das classes sociais menos favorecidas.

A década de 1970 trouxe consigo a concepção de que as crianças, particularmente aquelas pertencentes às classes populares, apresentavam determinadas carências culturais que deveriam ser supridas por meio de uma denominada "educação compensatória".

Nesse contexto, Kramer (2003, p. 32) destaca que "[...] as crianças das classes populares fracassam porque apresentam 'desvantagens sócio culturais', ou seja, carência de ordem social. Tais desvantagens são perturbações, ora de ordem intelectual ou linguística, ora de ordem afetiva".

Nesse cenário, evidenciavam-se diferentes concepções de atendimento à infância de acordo com a condição social das crianças. Enquanto o atendimento destinado às crianças das classes populares esteve historica-

mente associado a práticas assistencialistas e compensatórias, as instituições frequentadas pelas classes mais favorecidas direcionavam suas propostas para aspectos educativos e para o desenvolvimento infantil. Essa diferenciação contribuiu para a construção de trajetórias distintas no atendimento à infância, marcadas pelas desigualdades sociais (OLIVEIRA, 2005).

Nesse contexto, as brincadeiras e os jogos passaram, em determinadas práticas educativas, a assumir um caráter mais dirigido, sendo utilizados como recursos para o desenvolvimento de habilidades específicas e para a transmissão de conteúdos escolares. Intensificou-se, assim, a preocupação com a alfabetização e com a adoção de métodos e técnicas voltados à preparação da criança para a leitura e a escrita, o que contribuiu para uma maior escolarização das práticas destinadas à infância.

Contudo, é importante compreender que o brincar também se constitui nas experiências e interações vivenciadas pela criança ao longo da infância. Nesse contexto, a atuação do professor assume relevância na organização de tempos, espaços e experiências que possibilitem e ampliem as diferentes formas de brincar no cotidiano da Educação Infantil.

Segundo Oliveira (2005), o brincar não significa apenas recrear, mas constitui uma das formas mais complexas de a criança comunicar-se consigo mesma e com o mundo. O desenvolvimento ocorre por meio das trocas recíprocas estabelecidas ao longo de sua vida. Nesse sentido, por meio do brincar, a criança desenvolve capacidades importantes, como atenção, memória, imitação e imaginação, além de aspectos relacionados à afetividade, à motricidade, à inteligência, à sociabilidade e à criatividade.

Nesse cenário de transformações sociais e de construção de uma perspectiva de modernização do país, ganharam espaço no Brasil as propostas educacionais vinculadas ao movimento da Escola Nova, influenciadas por concepções pedagógicas desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos. Essas ideias contribuíram para novas formas de compreender a infância e as práticas educativas destinadas às crianças (KUHLMANN JR., 2001).

Oliveira (2005, p. 22) destaca que "o jardim de infância é um desses 'produtos' importados para atender inicialmente as crianças das famílias mais abastadas, enquanto a creche se destinava ao atendimento assistencialista das crianças pobres da classe operária".

Portanto, não só no Brasil como em outros países, a inserção dos sistemas pedagógicos pré-escolares revela o aparecimento da infância como categoria social diferenciada do adulto em função de sua brincadeira.

Historicamente, a associação entre o brincar e o prazer nem sempre foi compreendida como parte do processo educativo. Nas instituições de caráter assistencialista, como creches e asilos destinados principalmente às crianças das classes populares, muitas vezes prevalecia uma concepção disciplinadora da infância, na qual o brincar ocupava posição secundária. Nesse contexto, a criança pobre era submetida a práticas voltadas à disciplina e ao controle de comportamentos considerados inadequados. (KUHLMANN JR., 2001).

No entanto, a presença do jogo e das brincadeiras na escola nem sempre era bem vista. Muitos pais questionavam o uso dos jogos e dos brinquedos alegando que seus filhos não frequentavam a escola para brincar, remetendo à atividade lúdica infantil um caráter de futilidade. Para eles, a escola era lugar de estudar, numa alusão a ideia de Importante para o desenvolvimento, físico, intelectual e social, o jogo vem ampliando sua importância deixando de ser um simples divertimento e tornando-se ponte entre a infância e a vida adulta.

Segundo Vygotsky (1998), o jogo infantil contribui para o desenvolvimento da criança ao possibilitar, por meio da imaginação, a ressignificação de elementos construídos socialmente. Nesse contexto, as experiências lúdicas favorecem a criatividade, o domínio de si e a afirmação da personalidade, permitindo à criança explorar novas possibilidades

de ação e interação.

A partir da década de 1930, no Brasil, os jogos e as brincadeiras passaram a ser utilizados também de forma dirigida pelo professor, como instrumentos para a transmissão de conteúdos escolares, especialmente nos jardins de infância e nas pré-escolas. Nesse contexto, quando excessivamente direcionada pelo adulto, a ação lúdica da criança pode perder parte de sua espontaneidade, limitando as possibilidades de explorar, descobrir, inventar e construir por meio da brincadeira (KISHIMOTO, 1993).

O brincar constitui uma prática cultural e uma experiência própria da infância, por meio da qual a criança se apropria de formas de comunicação e desenvolve processos de interação social. Ao brincar, aprende a ouvir, esperar sua vez, negociar, defender seu ponto de vista, criar e estabelecer relações com outras crianças (LIMA, 2009).

Além de favorecer as relações sociais, o brincar envolve emoções e contribui para o desenvolvimento corporal da criança. Por meio das brincadeiras, são desenvolvidas habilidades relacionadas aos movimentos do corpo, à lateralidade e às noções espaciais, como em cima, embaixo, esquerda e direita (LIMA, 2009).

A criança aprende a lidar com escolhas e a resolver conflitos por meio das próprias situações vivenciadas nas brincadeiras. Em jogos como o pique ou a amarelinha, por exemplo, surgem situações que exigem decisões, compreensão de regras e interação com outras crianças.

Nesse sentido, Lima (2009, p. 5) afirma:

Do ponto de vista do desenvolvimento interno, brincar exercita a imaginação e a memória. Além disso, brincar funciona como um processo complexo de desenvolvimento da função simbólica da infância. Tudo isso possibilita à criança ter acervos na memória que ela utilizará ao longo da sua vida. Por exemplo, ao se apropriar dos "roteiros" da sequência da brincadeira, a criança desenvolve a memória operacional e aprende, também, a organizar o comportamento segundo regras externas.

As brincadeiras acompanhadas de cantigas contribuem para o desenvolvimento da linguagem, da percepção rítmica e dos movimentos corporais. A associação entre brincadeira, música e movimento possibilita à criança vivenciar diferentes ritmos, melodias e formas de expressão, ampliando suas experiências durante o processo de desenvolvimento (LIMA, 2009).

O brincar também deve ser compreendido como uma prática cultural própria da infância. Por meio das brincadeiras e das interações estabelecidas com o meio em que vivem, as crianças apropriam-se de elementos, normas e formas de convivência presentes em seu grupo social, construindo experiências significativas para a aprendizagem, o desenvolvimento e a inserção na cultura.

Nesse contexto, o brincar assume papel fundamental, uma vez que, por meio das brincadeiras e das interações, a criança explora o mundo, estabelece relações, constrói conhecimentos e amplia suas experiências no cotidiano da Educação Infantil (SÃO PAULO, 2022).

A imitação também está presente nas experiências lúdicas e contribui para que a criança observe e reproduza ações, comportamentos e situações vivenciadas em seu meio social. Por meio do brincar e do faz de conta, a criança experimenta diferentes papéis, amplia suas formas de expressão e atribui significados às relações estabelecidas com outras pessoas.

A Educação Infantil tem como finalidade promover o desenvolvimento integral das crianças até cinco anos de idade, considerando seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social (BRASIL, 1996). Nessa etapa, as crianças ampliam suas experiências, desenvolvem a autonomia e a identidade e estabelecem relações com outras crianças e adultos. Nesse contexto, as interações e as brincadeiras assumem papel fundamental, constituindo eixos norteadores das práticas pedagógicas da Educação Infantil (BRASIL, 2009).

A formação humana não se restringe aos aspectos biológicos, mas envolve também a apropriação das formas de comunicação e das práticas construídas culturalmente. Nesse sentido, garantir espaços e tempos destinados às brincadeiras na Educação Infantil significa proporcionar experiências de criação, participação, tomada de decisões e produção de cultura, reconhecendo a criança como sujeito ativo em seu processo de desenvolvimento (SÃO PAULO, 2022).

O professor pode enriquecer essas experiências por meio de intervenções que respeitem o protagonismo infantil, observando as crianças e favorecendo a criatividade, a autonomia, a interação entre os pares, o raciocínio e as diferentes formas de expressão e compreensão do mundo.

Estudos desenvolvidos em diferentes áreas do conhecimento, como antropologia, sociologia, psicologia e linguística, têm apontado o brincar como uma importante forma de expressão da infância. Nas brincadeiras realizadas individualmente ou com outras crianças, são criadas oportunidades para explorar o mundo, ampliar a percepção sobre si e sobre o outro, organizar o pensamento, expressar afetos e desenvolver a iniciativa. Em especial, as brincadeiras de faz de conta contribuem para o desenvolvimento da capacidade de imaginar e criar (SÃO PAULO, 2007). Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), o brincar constitui uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança.

Para Piaget (1975), ao brincar, a criança assimila o mundo à sua maneira, atribuindo aos objetos funções e significados relacionados às suas próprias experiências. Nessa perspectiva, o brincar desempenha importante papel no desenvolvimento da inteligência, possibilitando à criança assimilar e reelaborar experiências vivenciadas. Na perspectiva de Vygotsky, os processos psicológicos são construídos a partir do contexto sociocultural no qual o indivíduo está inserido. Desse modo, a brincadeira infantil relaciona-se aos processos históricos e sociais que influenciam não apenas as formas de organização e de vida em sociedade, mas também as maneiras pelas quais o ser humano constrói seu pensamento e estabelece relações com o mundo. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, v. 1, p. 27):

O principal indicador da brincadeira, entre as crianças, é o papel que assumem enquanto brincam. Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não literal, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos.

O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL DO(A) PROFESSOR(A)

Na Educação Infantil, o brincar constitui uma importante experiência de aprendizagem, uma vez que possibilita à criança explorar, criar, interagir e construir conhecimentos por meio de situações significativas. Nessa perspectiva, a ludicidade não deve ser compreendida apenas como recurso para a transmissão de conteúdos, mas como parte integrante das experiências infantis, contribuindo para o desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da criatividade e das relações sociais.

Nesse processo, educar envolve também relações de afeto, acolhimento e respeito às especificidades de cada criança. A afetividade assume papel importante na construção das relações e na criação de condições favoráveis à aprendizagem. Desse modo, cabe ao professor organizar experiências que despertem a curiosidade e favoreçam a participação das crianças, reconhecendo o brincar como elemento essencial da prática pedagógica e evitando práticas centradas exclusivamente na repetição e na transmissão de conhecimentos (BRASIL, 2009).

Sob as perspectivas histórica e social, a criança deve ser compreendida como sujeito inserido em determinado contexto cultural. Conforme estabelece o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 21), “a criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está

inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também a marca".

A Base Nacional Comum Curricular também reconhece a brincadeira como elemento fundamental da Educação Infantil. Ao estabelecer os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, o documento assegura às crianças os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, compreendendo que essas experiências possibilitam a construção de conhecimentos sobre si, sobre o outro e sobre o mundo que as cerca (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, o direito de brincar deve ser assegurado cotidianamente, em diferentes espaços, tempos e situações, possibilitando à criança ampliar seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade e suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. Essa concepção reforça a necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam a criança como participante ativa de seu processo de aprendizagem e valorizem o brincar como experiência constitutiva da infância (BRASIL, 2018).

Dessa forma, é fundamental que o professor reconheça a criança como sujeito ativo em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, respeitando suas singularidades, experiências, valores e contextos socioculturais. Sua atuação deve considerar as especificidades da infância, proporcionando experiências que favoreçam a participação, a autonomia, as interações e as diferentes formas de expressão da criança.

Nesse sentido, para que a relação entre professor e criança contribua para o processo de desenvolvimento e aprendizagem, é fundamental que o educador esteja atento às diferentes formas de expressão infantil, saiba ouvir, observar a linguagem corporal e esteja aberto ao diálogo. Além disso, sua atuação deve estimular a curiosidade por meio de brincadeiras, jogos e diferentes experiências, favorecendo a autonomia, a participação e a inclusão das crianças no cotidiano da Educação Infantil.

A atuação do professor também envolve práticas de cuidado que ultrapassam uma perspectiva meramente assistencialista, compreendendo o cuidar e o educar como dimensões indissociáveis do trabalho com as crianças. Nesse sentido, Montenegro (2001) destaca que "o termo cuidado é em geral utilizado quando se faz referência às funções consideradas importantes para as crianças, divididas entre as de natureza afetiva e as de ação prática, como aconchegar e responder às necessidades corporais, como alimentar e limpar".

Nesse contexto, o professor desempenha papel fundamental na organização de espaços, tempos e experiências que favoreçam o brincar e as interações entre as crianças. Sua atuação deve proporcionar condições para que elas explorem, criem, façam escolhas, compartilhem experiências e construam conhecimentos por meio das brincadeiras, respeitando sua autonomia e seu protagonismo no processo de aprendizagem.

Dessa forma, a presença das brincadeiras, dos brinquedos e dos jogos no cotidiano da Educação Infantil contribui para a construção de experiências significativas e para o desenvolvimento integral das crianças. Cabe ao professor reconhecer o brincar como parte essencial da prática pedagógica, organizando contextos que possibilitem a exploração, a criatividade, a participação e as interações, sem retirar da brincadeira sua espontaneidade e seu caráter próprio da infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões apresentadas, compreende-se que o brincar constitui uma prática essencial para o desenvolvimento e a aprendizagem infantil, contribuindo para aspectos cognitivos, afetivos, sociais, culturais e motores. Por meio das brincadeiras, a criança interage com o mundo, estabelece relações, desenvolve a imaginação, a criatividade e a autonomia, construindo conhecimentos de maneira significativa.

Nesse sentido, valorizar o brincar na Educa-

ção Infantil significa reconhecer as especificidades da infância e compreender a ludicidade como parte integrante do processo educativo. Cabe ao professor proporcionar ambientes e experiências que favoreçam as brincadeiras, as interações e a participação das crianças, contribuindo para uma prática pedagógica que respeite e promova seu desenvolvimento integral.

Por fim, reconhecer o brincar como direito e como expressão própria da infância significa compreender que a criança não brinca apenas para aprender algo que o adulto pretende ensinar. Ela brinca porque, ao brincar, experimenta o mundo, cria possibilidades, estabelece relações e constrói sua própria maneira de compreendê-lo. Garantir o brincar é, portanto, garantir à criança o direito de viver plenamente a infância.

REFERÊNCIAS

AFLALO, C. O direito de brincar: dicas para criar e manter uma brinquedoteca. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BENJAMIN, W. Reflexões, a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus, 1994.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/CNE, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

EMERRIQUE, P. S. Brincaprende: dicas lúdicas para pais e professores. Campinas: Papirus, 2003.

HORN, Maria da Graça Souza. A organização do espaço na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HUIZINGA, J. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 1996.

KISHIMOTO, T. M. Jogo, a criança e a educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.

KISHIMOTO, T. M. Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação. Petrópolis: Vozes, 1993.

KRAMER, Sonia. Com a pré-escola na mão: uma alternativa curricular para a educação infantil. 6. ed. São Paulo: Ática, 2003.

KUHLMANN JR., Moysés. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LEVISKY, D. L. Psicanálise e pedagogia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

LIMA, Elvira Souza. Brincar para quê? São Paulo: Interalia, 2009.

MRECH, L. M. Além do sentido e do significado: a concepção psicanalítica da criança e do brincar. São Paulo: Pioneiras, 1998.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

ORIENTAÇÕES CURRICULARES: expectativas de aprendizagens e orientações. Brasília: Programa de Orientações, 2007.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SANTOS, S. M. P. Sucata vira brinquedo. Porto Alegre: Artmed, 1995.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Munici-

pal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da Cidade: Educação Infantil. 2. ed. São Paulo: SME/COPED, 2022.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VYGOTSKY, Levi. Psicologia da arte. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WAJSKOP, Gisela. Brincar na pré-escola. São Paulo: Cortez, 1995.

WINNICOTT, D. W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imagem, 1975.